

## **A propósito da perda de soberania:**

Indignou-se muita gente com o facto de Portugal ter cedido a sua soberania sobre os recursos marinhos existentes ao longo da sua faixa costeira. No entanto, tal como em outras matérias, o mais provável é a transferência de soberania resultar numa gestão mais eficiente dos recursos.

Até aqui, Portugal tem reagido às tentativas de Bruxelas no sentido de limitar as quotas de pesca, procurando obter mais direitos para os pescadores portugueses. Isto é, a Comissão Europeia tem encarnado a necessidade de assegurar a reposição dos stocks, enquanto o Estado Português tem encarnado os interesses míopes dos pescadores portugueses, mais interessados no peso sua carteira a curto prazo. A cedência ao eleitoralismo barato por parte do Governo anterior ficou aliás bem expressa numa triste afirmação do então Ministro da Agricultura, Sevinate Pinto, de que só valeria a pena preservar os recursos pesqueiros enquanto houvesse pescadores!

Da interacção política entre o Governo português e a Comissão têm resultado quotas de pesca sensivelmente acima do que seria ecologicamente desejável. Com a transição de poder, não só o Governo perde poder reivindicativo como até pode vir a alterar radicalmente a sua postura: se a Comissão começar a distribuir direitos de pesca por pescadores oriundos de outros países, a atitude populista mais previsível será a de reclamar que os estrangeiros estão a pescar em excesso nas nossas águas, delapidando um património biológico inestimável...

Miguel Lebre de Freitas, Semanário Económico, 12/11/2004